

Surveillance in Latin America

“Vigilância, Segurança e Controle Social” . PUCPR . Curitiba . Brasil . 4-6 de março de 2009

ISSN 2175-9596

POLÍTICA NA INTERNET E CONTROLE DIGITAL: notas sobre uma rede ativista

Politics on the internet and digital control: notes about an activist network

Marcelo Batalha^a

^(a) Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP – Brasil, e-mail: mabatalha@riseup.net

Resumo

O projeto da rede *Indymedia*, conhecida como Centro de Mídia Independente (Brasil), tem se destacado pelas divulgações *on-line* de fatos políticos como violação de direitos humanos, violência policial, descaso dos poderes públicos e manifestações que envolvem os movimentos sociais, além de campanhas de mobilização política através de solidariedade de grupos ativistas. Orientada pelo *copyleft* o projeto tem a política de publicação aberta, produção e distribuição colaborativa e criação e manutenção do *site* por meio de uma comunidade de ativistas e *hackers*. Com a pesquisa de campo realizada junto ao coletivo do CMI Goiânia, que no ano de 2005 divulgou um processo de desocupação de uma área urbana, conhecida como Sonho Real, novas direções são apontadas acerca do ciberativismo. Atualmente o grupo é alvo de ataque de grupos diversos aos interesses político-sociais do projeto, como grupos conservadores de direitas e mesmo instituições do poder político, muitas vezes estes os alvos das manifestações *on-line* dos ativistas. A questão torna-se pertinente a partir da asserção de que a participação política de grupos alternativos é potencializada através da apropriação da Internet, quando o que se aponta no limite é uma tentativa de vigilância e controle desta ferramenta por parte de grupos estabelecidos e institucionalizados no aparato estatal e de poder social, como no caso brasileiro, o Projeto de Lei 89/03 em tramite na Câmara dos Deputados.

Palavras chaves: rede ativista, Internet, ciberativismo, vigilância e controle.

Abstract

The Indymedia project network, known as the Independent Media Center (Brazil), has been detached by the online disclosures of political facts and violation of human rights, police violence, and neglect of public demonstrations involving social movements, and campaigns of political mobilization through solidarity groups of activists. Above the Copyleft politics the project has a policy of open publication, production and distribution, and collaborative creation and maintenance of the site through a community of activists and hackers. With the field research conducted with the collective CMI Goiânia, who in 2005 disclosed a process for the release of an urban area, known as Sonho Real, new directions are outlined

about cyberactivism. Currently the group is the target of attack by various groups for political and social interests, as right conservative groups and even institutions of political power, often the targets of demonstrations of online activists. The question becomes relevant from the assertion that the political participation of groups alternative is stronger through the ownership of the Internet, when the points limit is in an attempt to monitor and control the tool by groups established and institutionalized in state apparatus and social power, as in the Brazilian case, the Bill 89/03 in process in the House of Representatives.

Keywords: activist network, Internet, cyberactivism, surveillance, control

INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS

A Internet é comumente percebida como um advento que veio revolucionar a comunicação. Ela não é apenas reverenciada por permitir a experiência de imediatismo na comunicação mediada por computadores, assim como a redução dos custos dessa comunicação. Ela revoluciona também a capacidade de distribuição dessa comunicação, sob a ordem dos n emissores para infinitos n receptores, que por sua vez se tornam emissores da mensagem recebida para uma extensa rede de receptores e emissores outra vez.

Relacionada às potencialidades do uso da rede mundial de computadores, é que pesquisadores dos movimentos sociais se voltaram para o campo do ativismo na Internet, mais ou menos entusiasmados pelo paralelismo encontrado nos estudos dos (novos) movimentos sociais e as características da estrutura da rede de computadores: descentralização, múltiplas possibilidades técnicas desenvolvidas pelos grupos para os repertórios de suas ações, e o seu ambiente de interconexão.

O campo de pesquisa em movimentos sociais é um campo de disputas entre várias teorias e abordagens interpretativas, que também sofre as suas revoluções seguindo as transformações político, sociais e tecnológicas. Assim, os paradigmas interpretativos dos movimentos sociais representam um conjunto de teorias, conceitos e categorias que possibilitam uma interpretação sobre determinado fenômeno em determinado contexto ou realidade social. Podemos dar como exemplos os paradigmas clássicos dos movimentos sociais, que mobilizavam teorias comportamentais que explicavam os movimentos como ações coletivas irracionais, ou anomia social, quando se pensava a sociedade como um organismo biológico funcional e saudável. Mas também os paradigmas estruturais do início do século passado que mobilizaram conceitos e

categorias como luta de classes, vanguarda e revolução, para interpretar movimentos com características formais de centralização, organização rígida, hierárquica, *orientados* por uma teleologia determinística da história.

Esse paradigma associavam os movimentos sociais às transformações da sociedade industrial e aos processos de mudança histórica amplas. Era comum investigar as ações de grupos revoltosos em setores recortados da sociedade, como bairros específicos, fábricas e grupos ocupacionais. A partir da década de 60, os modelos clássicos foram se tornando antiquados, na medida em que movimentos sociais iam *emergindo à superfície* política, se tornando cada vez mais complexos e diversificados. Aí surgem outros paradigmas e correntes interpretativas em disputa por um campo que se tornava mais profícuo ao entendimento das transformações sociais.

Contrário às interpretações sobre os sentimentos e ressentimento dos grupos sociais influenciada pelo determinismo comportamental e psicossocial dos clássicos, surge a corrente interpretativa da mobilização de recursos, orientada por um racionalismo metodológico que teve sua hegemonia nas ciências sociais norte americano a partir da segunda metade do século passado. A sua base explicativa principal era: os movimentos sociais são tratados enquanto grupos de interesse, explicados no seu nível organizacional em busca de objetivos claros, portanto, analisados com ferramentas da economia. A interpretação da mobilização de recursos visa entender os movimentos sociais como organizações em um *mercado político* competitivo entre atores preparados e eficientes (McCARTHY; ZALD, 1977). Portanto, o que se torna relevante é a mobilização de recursos materiais e humanos para alcançar os objetivos políticos desses movimentos (ou organizações).

Outro paradigma surge na Europa para reinterpretar os movimentos sociais que surgiam na década de 60, dando o nome do que se conhece por teoria dos novos movimentos sociais. Era um paradigma que dialogava diretamente com os paradigmas estruturalistas clássicos, mais diretamente com as interpretações marxistas, que entendiam os movimentos sociais segundo a totalidade social da sociedade industrial. Neste paradigma surgem várias interpretações de acordo com as totalidades sociais que cada autor mobiliza. Dois deles são centrais nessa teorização, Alain Touraine e Alberto Melucci, pela ruptura epistemológica ligada à sociedade industrial.

Touraine interpreta os novos movimentos como atores renovados pela capacidade reflexiva das suas ações através da crescente mobilização e construção de conhecimento e ferramentas que tornam possível o controle a intervenção nas suas realidades, o que ele define como *historicidade*

sob o rótulo da *sociedade pós-industrial* ou *sociedade programada* (TOURAINE, 1996). Na sua perspectiva o conflito dos movimentos sociais, na sociedade pós-industrial, passa a ser sobre o controle da produção cultural que orienta a vida coletiva e individual, mais do que sobre o controle da produção material que caracterizava a sociedade industrial.

Colocada a problemática do controle cultural e auto-regulação dos grupos e da sociedade, Melucci, por sua vez, argumenta que a sociedade complexa que surge é uma *sociedade da informação*, atravessada por conflitos coletivos em torno da legitimidade do poder de determinar as relações sociais, os símbolos, identidades e necessidades individuais e coletivas, e os usos dos recursos sociais. A sua visão da sociedade complexa, ou da informação, aponta para uma radicalização interpretativa dos movimentos sociais: esses não devem ser tratados como uma “unidade essencial” reflexo das suas formas empíricas e de ação, mas deve ser “um objeto construído pela análise” (MELUCCI, 2001, p. 33).

A construção analítica proposta por Melucci aponta para as principais características dos movimentos sociais emergentes (de jovens, mulheres, ambientalistas): a sua estrutura é segmentada, reticular e policéfala, composto por unidades “diversificadas e autônomas que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos” (MELUCCI, 2001, p. 95). Segundo o autor:

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos, de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado. (MELUCCI, 2001, p. 97)

De maneira sumária, as teorias dos novos movimentos sociais tratam de aspectos correlatos às totalidades sociais caracterizados pelos autores dentro dessa corrente, (sociedade pós-industrial, sociedade da informação), em que os movimentos sociais seriam agentes reflexivos dessa totalidade, com base social difusa, não podendo mais ser encontrado um grupo representante ou que dirigisse a transformação social, focalizando as suas análises nos aspectos culturais e identitário como parte da construção dos movimentos e ações coletivas colocadas em prática, e a politização da vida cotidiana, consequência da multiplicidade de novos atores em disputa no campo político.

Porém, as interpretações das ações dos movimentos sociais, tanto na corrente européia, como na americana, queriam ser *puras*: enquanto a resposta dada pelo paradigma hegemônico dos novos

movimentos sociais aos problemas práticos no campo do conflito político excluía o nível instrumental e estratégico das ações dos movimentos, as interpretações da mobilização de recursos não deixavam qualquer indício de conflito cultural ou de interpretação entre os atores envolvidos, eram unicamente válidos os cálculos instrumentais e racionais colocados em prática para alcançar os objetivos.

Percebia-se cada vez mais, com as intensificações e similaridades das ações dos movimentos sociais a partir da década de 70, e as análises empíricas dessas ações, que havia brechas analíticas relevantes que considerassem as oportunidades políticas, os repertórios de ação, as estratégias e as estruturas de mobilização (TARROW, 1998). Nesse espaço de debate é que aparece o construcionismo social, que conjuga métodos da mobilização de recursos e as interpretações culturalistas.

Essa corrente de interpretação dos movimentos sociais preocupa-se com a construção social do protesto (KLANDERMANS, 1992), ou seja, com a mobilização de recursos necessários e a sua elaboração simbólica pelos indivíduos que tomam parte na ação coletiva. Nesse paradigma o recurso material é considerado uma construção, representação coletiva compartilhada pelos indivíduos, e essa mesma representação e as elaborações simbólicas da prática tornam-se recursos específicos para manter o movimento em ação para mobilizar apoio à causa ou alcançar os seus objetivos.

O ponto chave para a virada dessa corrente interpretativa, durante a década de 80, foi o foco colocado sobre o papel da mídia ou da comunicação dos movimentos sociais com a sociedade. A questão se torna relevante quando se percebe que a mídia exerce papel determinante no sucesso das ações políticas dos atores sociais: tanto na publicização das demandas, a visibilidade das ações públicas, e a formação de uma opinião e apoio externo com a sociedade.

Uma das perspectivas de análise utilizadas para esse paradigma do construtivismo social é a perspectiva do *frame* (ou enquadramento). Essa perspectiva tem raízes na literatura sociológica com Goffman (1986) e o interacionismo simbólico. A sua definição mais geral é: “interpretative schema that simplifies and condenses the ‘world out there’ by selectively punctuating and encoding objects, situations, events, experience and sequences of action” (BENFORD; SNOW, 1986, p. 137). É um esquema interpretativo elaborado pelos movimentos para determinar quais os problemas, a sua natureza política e social, os adversários com quem se colocará em conflito, e os objetivos e meios para se alcançá-lo. Em resumo seria uma elaboração para organizar as forças

internas do movimento, mas também, para se estabelecer uma comunicação com o *mundo de cá*, o mundo de fora do movimento, para a sua apresentação ao grande público na busca de apoio e solidariedade a suas causa. Principalmente explorando a visibilidade das mídias de massa, ou através da construção e exploração de meios de comunicação alternativos, como é o caso do uso de sítios ativistas na Internet.

Ao fazer esse recuo teórico para a conceituação e categorização analítica dos *novos* movimentos sociais, quero propor a aproximação da análise dos movimentos sociais, em especial como analiso o Centro de Mídia Independente (CMI), com a análise histórica das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Ao aproximar as análises dos movimentos sociais das análises históricas das TIC's, vemos que o que se destaca hoje como uma *novidade* e *surpresa*, já era antecipado há três décadas pela idéias que orientavam o desenvolvimento das ferramentas das TIC's, *pari passu* as aplicações políticas pelos movimentos mais centrais, ou conectados nas redes de inovação.

A aproximação da história da construção da Internet através da ética *hacker* e as ações dos movimentos sociais explicita os desafios do acesso ativo e livre à informação, a radicalização da democracia e a prática discursiva (BEST, 2003). Definindo a ética hacker enquanto um conjunto diverso de discursos e práticas, habilidades e manipulação de informação e tecnologia, o que entra em jogo é uma disputa sobre as orientações morais e técnicas das tecnologias e o conhecimento de que se tem destas para a radicalização do direito à comunicação e compartilhamento de informações, reorientando o poder e o conhecimento na sociedade.

Adiante, faço uma breve descrição etnográfica do projeto do CMI realizada durante a minha pesquisa no *campo virtual*. Posteriormente apresento uma breve análise o meu objeto de estudo através da perspectiva do *frame analysis* (enquadramento) da operação de desocupação de uma área urbana, na cidade de Goiânia, na qual o ativismo do CMI teve papel fundamental.

Sob o *frame* do *ciberterrorismo* e das políticas de segurança global, o projeto CMI tem sido alvo de ações de vigilância e controle pela polícia, é torna-se urgente pontuar que as experiências *técnicas radicais* estão sofrendo ataques ferrenhos dos setores estabelecidos, e estremecidos com a ruptura da balança do poder, pelo uso políticos das novas TIC's.

HISTÓRIA DOS ANJOS

Relembrando um dos primeiros textos que li sobre as novas tecnologias e os movimentos sociais, de Gerson Dudus (2003), o autor trabalhava com o conceito de “anjos” de Michel Serres. Ficava claro que se tratava de uma metáfora sobre os *anjos*, os quais correspondiam a mensagens, pressuposições que indicariam caminhos no espaço e no tempo. Logo o autor elenca os movimentos sociais, ou os *anjos*, mais representativos desde o final do século passado que indicaram caminhos para ações que cobriam ações diretas nas ruas e nas redes de computadores: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Centro de Mídia Independente (CMI). O primeiro, com toda a certeza, marcou simbolicamente o que viria a configurar um novo repertório de ação dos grupos ativistas ao redor do mundo.

O projeto do CMI - conhecido como *Indymedia* internacionalmente - teve seu marco de nascimento no ano de 1999 durante as manifestações de grupos ativistas contra a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle. Um pouco mais de um ano das primeiras atividades nos Estados Unidos, a rede de ativistas ligada ao projeto CMI contabilizava mais de uma centena em todo o mundo, tornando-se a rede ativista que mais cresceu dentre os movimentos “anti-globalização” (VAN AELST ; WALGRAVE, 2004).

Segundo as declarações gerais, o projeto CMI configura

a network of collectively run media outlets for the creation of radical, accurate, and passionate tellings of the truth. We work out of a love and inspiration for people who continue to work for a better world, despite corporate media's distortions and unwillingness to cover the efforts to free humanity.¹

No Brasil, o projeto do CMI ganhou corpo junto a ativistas ligado à Ação Global dos Povos (AGP), que configurava uma rede maior de grupos ativistas que desde meados da década de 90 colocava em prática a construção de “novas redes de comunicação, que ganhavam muito dinamismo com o barateamento da internet, para mobilizar simultaneamente, em todas as partes do globo, movimentos sociais contra as instituições que estavam promovendo o neoliberalismo” (idem, 2004: 10).

A difusão da rede do CMI no Brasil seguiu as ocorrências das edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre nos anos de 2001-2003. O FSM fora um espaço presencial de

¹ About Indymedia. Disponível em <<http://www.indymedia.org/pt/static/about.shtml>>. Acesso em 14 fev. 2009.

convergência para o conhecimento pessoal de ativistas da rede CMI global que se *conheciam* através das listas de *e-mail* e conversas e reuniões através do *Indymedia Chat* do IRC. Esses encontros pessoais durante os eventos do FSM foram decisivos para a construção do projeto do CMI na América Latina, e a descentralização das tomadas de decisão e participação no projeto global, tendo em vista que parte dos ativistas da rede vinha dos países da América do Norte e Europa.

Em termos gerais, o CMI é um projeto de colaboração local nos países que têm coletivos ativos nos seus territórios, mas também é um trabalho de colaboração difuso e global. Os trabalhos da rede são organizados através das listas de discussão eletrônicas que cada indivíduo participa segundo seus interesses, como as listas específicas do CMI *rádio*, *vídeo*, *tech* e *mulheres*, ou listas nas quais os coletivos e seus participantes participam, como as listas: *global*, *Brasil*, *processos*, *legal*, *editorial*. Outro canal de comunicação (sincrônico) é o *Indymedia Chat* no IRC (Internet Relay Chat), onde o usuário ou ativista pode acessar canais de bate-papo por nome ou assuntos: #indymedia, #brasil, #tech, #brasil-tech, e outros canais de afinidade com grupos ativistas e lutas anticapitalistas (#anarchism, #punk, #radiolivre,). Esses canais são freqüentados quase em tempo integral por indivíduos que estão envolvidos nos trabalhos e temas de discussão da rede CMI. São nesses espaços discursivos *livres* que se conjuga a aproximação e a formação da identidade da rede.

Seguindo a linha geral do projeto global, o CMI é uma rede de produtores (e produtoras) independente que visa disponibilizar informações alternativas e críticas para uma “sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”.

O CMI Brasil visa dar voz à quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.²

O trabalho do CMI é voltado para a cobertura dos “movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os “novos movimentos”) e sobre as políticas às quais se opõem”. E o espaço privilegiado para o ativismo da rede é

² Sobre o Centro de Mídia Independente. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

A estrutura do site na internet (que) permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações.³

Contudo, existem vários outros projetos ligados ao ativismo de comunicação que se conjugam com o projeto das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), como: o *CMI no Ar*, ou seja, o *streaming* para a Internet de programas realizados com rádios *livres*, os jornais de folha produzidos pelos *voluntári@/s* dos coletivos de cada lugar para divulgar as matérias do *sítio*, além de informativos (*lambe-lambe*) colados em lugares públicos para divulgação de notícias e atos de protesto. Portanto, a visão de que o CMI é um movimento *hi-tech per excellence* pode ser rebatida, segundo os voluntários:

A tecnologia do CMI varia desde cópias em xerox de um jornal em A4 ate vídeos transmitidos via internet com ajuda de satélites...Acho que pro CMI o que vale é a criatividade e a capacidade de combinar tecnologias high-tech com “gambiarras”. Hoje em dia a tecnologia permite trabalhos impressionantes, coisas que qualquer um com um computador e uma conexão pode estar executando.

(...) Mas não é a única maneira (com computadores e Internet) que você pode estar participando do Indymedia. O que eu quero dizer é que você não tem necessariamente que ter um computador na sua casa com conexão Speedy para ser parte do Indymedia. Existem maneiras de estar participando e divulgando a contra informação sem estes equipamentos.(masc., “voluntário”)⁴.

A tecnologia que mantém os servidores da rede Indymedia, e também os sítios dos coletivos da rede são estruturados com base em softwares livres - *Active, MIR, Drupal* – e contam com apoio de um coletivo técnico ativista, com conhecimento amplo em tecnologias e programas livres. A utilização de programas livres pelo projeto pode ser interpretada além do campo ideológico e político: no domínio da mobilização de recursos o uso de tecnologias livres de direitos de propriedade significa uma economia de dinheiro que seria necessário para pagar as licenças de uso de programas e sistemas operacionais.

No sítio do CMI a área de publicação aberta é comumente conhecida como *coluna da direita* por sua disposição na página inicial. É nesse campo que se manifesta uma esfera pública *virtual* de comunicação, pois é atualizada a todo instante com notícias de textos, imagens, áudios e vídeos

³ Idem.

⁴ Entrevista do CMI Brasil para a Conrad, 23 dez. 2003. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270480.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

que acompanham os comentários e debates *livres* em torno do tema publicado. A publicação é aberta, mas a sua permanência na *coluna da direita* segue uma linha de política editorial própria:

Com o crescimento do projeto, começaram a ocorrer diversos abusos da publicação aberta, como: publicação propositadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI (...) dentre outros vários casos. Sendo assim, para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

- Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios;
- Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos;
- Façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas;
- Visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- Visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em [midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org));
- O/a autor(a) peça que sejam retirados;
- Sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;
- Sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo;
- Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Centro de Mídia Independente⁵

Todo o conteúdo hospedado no sítio também está protegido por uma licença de propriedade sobre o nome de *copyleft*:

Enquanto a publicação aberta é uma característica bastante conhecida do site do CMI, a idéia irmã, de "copyleft", de subversão dos direitos autorais, é ainda muito pouco conhecida e discutida. No rodapé do site, ao invés da tradicional nota lembrando os direitos autorais, lemos o seguinte: "(c) Copyleft Centro de Mídia Independente. É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída." Ao invés de restringir a divulgação, a nota de "copyleft" (um trocadilho com "copyright"), permite e mesmo estimula a distribuição posterior da informação que o site veicula. Essa política de "copyleft" faz parte de um movimento amplo de oposição aos

⁵ Política Editorial do CMI Brasil. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

direitos de propriedade intelectual.⁶

Este tipo de licença foi criado por Richard Stallman, em 1984, quanto em reação contrária à reivindicação de propriedade sobre o código fonte do sistema operacional UNIX pela AT&T, lançou a licença de *copyleft* para um novo sistema operacional alternativo ao UNIX, o GNU (GNU is Not UNIX), dando origem ao movimento do *software livre* ou de fonte aberta. Para os voluntários a licença de *esquerdo de cópia* se resume a “relação mais direta entre quem haja lido ou visto qualquer coisa no sítio e deseje colocá-la em circulação por outros meios que não o próprio sítio”.

A motivação de cada indivíduo para participar da rede do projeto *Indymedia* é pessoal. Fundamentalmente, o interesse em participar do projeto está ligado à forma descentralizada de organização do trabalho e das ações, diferente das formas tradicionais de organização de movimentos sociais, como o movimento sindical e campesino tradicionais, mas também por estar longe de modelos hierárquicos que representam os partidos políticos. Há uma sobreposição de identidades dos indivíduos, explicada pela participação dos vários voluntários em outros movimentos sociais, como movimentos estudantis, ambientalistas, direitos dos animais, direitos à diversidade sexual e pela democratização da comunicação. Em linhas gerais, o CMI é uma construção coletiva de pessoas com conhecimentos e interesses nas novas TIC's, e por indivíduos que fazem ativismo e estão envolvidas nas lutas cotidianas dos seus movimentos sociais e que encontram no sítio do CMI espaço para a publicização das suas demandas e denúncias.

O SONHO REAL

O título Sonho Real faz referência ao meu objeto de estudo de caso: uma ação coletiva do operado pelo coletivo do CMI na cidade de Goiânia, no ano de 2005. O caso ficou conhecido como a desocupação do Parque Oeste Industrial, mas dentro do movimento o evento foi chamado de (des)ocupação do Sonho Real. Nessa área moravam cerca de 2500 famílias há mais de 2 anos, que sobre as promessas de garantia dos candidatos à prefeitura de Goiânia no ano de 2004 de que teriam os seus direitos à terra regularizados, estabeleceram suas esperanças de moradia ali. Porém

⁶ ORTELLADO, Pablo. Por que somos contra a propriedade intelectual, 26 jun. 2002. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

o que foi prometido não foi cumprido, e uma operação policial de grandes proporções para a desocupação da área foi colocada em prática sobre a legalidade do poder público.

O trabalho do coletivo do CMI-Goiânia durante as semanas que antecederam a desocupação do Sonho Real foi relevante para que se criasse um campo de disputa de significados e interpretações da realidade e do fato que se desenrolava. Usando gravadores, máquinas fotográficas e filmadoras digitais, o grupo disponibilizava a cada hora a situação de dentro da ocupação. A grande mídia obedecia às ordens oficiais da operação policial de realizar coberturas apenas sobrevoando, ou realizando filmagens a partir do cinturão de isolamento (100 m) da ocupação.

Todo esse contexto configura um repertório de ação em prática para o surgimento de um processo contestatório (BENFORD; SNOW, 2000): de um lado o movimento dos moradores resistia à pressão de se retirarem da área, e do outro o Estado com os seus comandos institucionais, judiciário e policial, à prontidão de efetivar a desocupação.

A operação da desocupação ocorreu durante o mês de fevereiro de 2005, mas desde o segundo semestre de 2004 os processos institucionais já eram encaminhados, e com a repercussão dos jornais locais. O Diário da Manhã já noticiava os meandros institucionais que resultariam em na ordem de reintegração de posse da área. Assim, também já ia conformando uma opinião pública local que resguardasse a tomada de decisão do Estado e do Judiciário goiano, como atesta uma matéria do dia 29/01/2005 com o título “77% não aprovam a invasão”.

A primeira notícia vinculada no sítio do CMI fazia uma descrição das condições de infra-estrutura do bairro e as condições de moradia das famílias. No entanto, diferente das descrições feitas no Diário da Manhã – invasão, invasores, marginais – na reportagem do CMI as referências eram à ocupação, habitantes e moradores/moradoras.

Desde o princípio, o diagnóstico sobre a desocupação feita pelo CMI se dava em torno da cobertura midiática local, o poder público local e estadual e a questão da especulação imobiliária urbana. Um artigo intitulado “*Análise: Luta por moradia e o papel da mídia em Goiás*”⁷ foi publicado no sítio do CMI e serviu para preparar o diagnóstico da causa da desocupação:

⁷ Análise: Luta por moradia e o papel da mídia em Goiás, 04 fev. 2005. Disponível em <<http://www.midia independente.org/pt/blue/2005/02/306389.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

A mídia corporativa mais uma vez demonstra claramente de que lado está na cotidiana batalha por justiça social. A cobertura da Ocupação Bairro Sonho Real em Goiânia tem sido cruel e lamentável.

Os jornais locais têm buscado abertamente difundir a incessante busca de criminalização dos movimentos sociais demandada pelo poder público local com o interesse de minar a resistência à repressão estatal e aos senhores coronelistas goianos.

Mais de 2.500 famílias estão acampadas nesta área, abandonada à especulação imobiliária de uma família que nem mesmo os impostos pagavam.

O prognóstico, seguinte, seria a mobilização da população goianiense pela causa em solidariedade aos moradores do Sonho Real:

É crucial que toda a população goiana se mobilize diante deste fato, para que a sociedade não tenha conhecimento do que está acontecendo apenas através da mídia burguesa, e também para prestar seu apoio solidário a estes moradores e moradoras que acreditam que este sonho de moradia pode ser real sim, através da luta.

As atualizações no sítio do CMI aumentavam tanto em número de matérias, comentários e fotos disponíveis sobre a ocupação, criando pouco a pouco uma ressonância no discurso público, seja na publicização do evento da desocupação entre atores políticos locais e em nível nacional, seja entre as pessoas comuns que passaram a acompanhar a cobertura do CMI, que além da Internet distribuíam jornais impressos e colavam cartazes informativos em lugares públicos (pontos de ônibus, muros, bares).

A desocupação efetiva da área se deu no dia 15/02, e nesse momento, o CMI já contava com o que Benford & Snow consideram essenciais para o sucesso de um enquadramento e a sua ressonância ou “potência de mobilização”: credibilidade empírica, fidelidade narrativa e a experiência vivida pelos ativistas dos fatos sobre os quais eles publicavam.

A credibilidade empírica dos eventos enquadrados pelos voluntários do CMI é constatada através das fotografias, vídeos, gravações de depoimentos em áudio realizadas de dentro da ocupação, e que estavam disponíveis no sítio do movimento. Esse volume de informação condizia com as idéias e ações divulgadas pelo CMI sobre o movimento dos ocupantes, e lhe que servia de base documental, ao mesmo tempo em que lhes garantia a fidelidade e credibilidade dos fatos narrados para o público.

A CHAMADA PARA UMA AÇÃO GLOBAL

O projeto *Indymedia* se declara como “*a network of networks*”. É própria da noção de rede que os indivíduos e coletivos que formam o projeto CMI estejam ligados uns aos outros por afinidades individuais ou coletivas, grupos de trabalho (tradução, desenvolvimento e manutenção do sítio na Internet), atividades conjuntas em eventos e oficinas. No entanto, é através do sítio na Internet do *Indymedia* que a visibilidade dos fatos e a difusão das notícias, ou seja, o processo de enquadramento e a sua ressonância, ganha extensão com as redes ativistas que compõem o projeto global.

Logo após o evento da desocupação, o CMI já contava com uma grande potencial de mobilização entre grupos políticos e pessoas locais, na cidade de Goiânia. O destaque do CMI conseguiu com que uma tentativa de (re)enquadramento do seu papel no campo de disputa das opiniões sobre a desocupação fosse manifesta pelo Diário da Manhã⁸:

O Centro de Mídia Independente (CMI) é o principal órgão divulgador de boatos e fatos inverídicos sobre a desocupação do Residencial Sonho Real. O Diário da Manhã teve acesso a documentos confidenciais da polícia que mostram a distorção de fatos e promoção de histórias absurdas através do www.midiaindependente.org.

No site, a organização divulga boatos diversos, alguns até macabros, como de corpos enterrados na ocupação. Também afirma que “setores da esquerda em Goiás estão dando ajuda financeira ao movimento dos sem-teto e até material humano para a resistência”.

Além do uso da internet, o CMI distribui panfletos e prega cartazes em postes e muros sobre o assunto, fato que só aumentou a tensão entre moradores da invasão e a própria polícia. O Centro de Mídia também conclama a população a apoiar a causa e divulgar as tais “atrocidades”.

No entanto, essa tentativa de criminalização e desqualificação dos fatos divulgados fora em vão, como atesta a credibilidade dos documentos produzidos pelo CMI quando usados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos como provas cabais de abuso de violência e violação dos direitos humanos.

Com a visibilidade do caso da desocupação, o caso ganhou destaque no sítio global do *Indymedia*. Como localmente as primeiras marchas foram organizadas para denunciar a violação

⁸ Boatos pela Internet. Diário da Manhã. Goiânia, 19 de fevereiro de 2005. Disponível em <<http://www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=2840683>>. Acesso em 11 jun. 2009.

de direitos humanos e duas mortes que ocorreram durante a desocupação, outros protestos foram sendo organizados por outros coletivos do CMI Brasil em suas localidades, *pari passu* as atividades eram registradas e postadas na Internet.

Um texto para a chamada do dia de Ação Global foi publicado no sítio do CMI, que em uma se difundiu pelas listas de email do CMI e de outros movimentos e organizações políticas nacionais e internacionais, foi publicado

Este é um chamado para uma ação. No último dia 16 de fevereiro aconteceu um massacre em uma ação de desalojo de uma ocupação urbana em Goiânia, Brasil. A comunidade local e os desalojados/as convocam uma ação global na próxima sexta-feira, dia 04 de março.

Em Goiânia haverá uma marcha exigindo justiça, a desapropriação da terra em favor dos/as sem-tetos e denunciando a violação dos direitos humanos. A constituição brasileira garante o acesso à moradia a toda população e considera ilegal que terras permaneçam abandonadas e estejam sob o jugo da especulação imobiliária. A ocupação do Sonho Real nada mais foi a busca da realização desta promessa constitucional.

Pessoas de todo o mundo podem fazer ações autônomas na embaixadas e consulados do Brasil. Qualquer que seja o ato poderá ajudar muito, não importa seu tamanho nem o que seja feito. Podem ser enviados mails e faxes, além de telefonemas exigindo justiça. Podem ser realizados atos do lado de fora contra a violência policial e denunciando como toda esta situação está sendo banalizada no Brasil. A imprensa corporativa levou a cabo uma enorme campanha de criminalização do movimento e o governo estadual destruiu mais de 3.000 casas, apagando evidências de crimes e possíveis corpos de desaparecidos.⁹

A tática de enquadramento foi culpar o Estado e a polícia pela desocupação e as mortes e violações de direitos humanos, com o alinhamento à Constituição brasileira sobre os direitos de moradia e a função social da terra, com orientações para colocar em prática repertórios de ações como manifestações nas embaixadas brasileiras em diversos países, o envio de e-mails, faxes e telefonemas às autoridades responsáveis, assim, motivados pelo *enquadramento maior* dos direitos humanos.

A mobilização através das capilaridades da rede Indymedia deu origem às ondas de protesto mediadas pela comunidade *transnacional imaginada* (RIBEIRO, 2000), culminando em um dia de ações políticas não violentas de diversos grupos em todos os cantos do mundo, contra a violência sofrida pelas famílias do Sonho Real, em Goiânia. Tal arranjo manifesto nos protestos

⁹ Massacre in Brazil: call for action march 4th, 28 fev. 2005. Disponível em <<http://indymedia.us/en/2005/02/5156.shtml>>. Acesso em 14 fev. 2009.

difundidos pela rede mundial de computadores, através de listas e publicações abertas dos fatos, foi uma manifestação veemente do desenvolvimento das redes dos movimentos sociais, na garantia do acesso e difusão da informação, com autonomia das instituições estabelecidas.

(CONTRA) ATAQUES

Pharrhesia é uma palavra grega que significa *fala franca* e ausente de *medo* direcionada a quem detém poder, e seu uso data de 500 anos AC nas tragédias de Eurípedes. A premissa central dessa *fala* é que se alguém fala *livremente* é porque está de acordo com a *verdade*, mesmo colocando em *risco* a sua vida. Essa descrição se encontra nas leituras de Foucault durante os anos de 1983-1984, quando problematizava o que *seria dizer a verdade* (FOUCAULT, 2001). De acordo com Foucault *pharrhesia* está de acordo com as seguintes propriedades: 1) uma fala/discurso franco de tudo que está na cabeça, sem esconder nada; 2) é a prática de dizer a verdade sempre; 3) o risco ou perigo é iminente nessa prática - pode ser o risco/perigo da perda da própria vida, a perda da liberdade, de amizades, ou mesmo, a popularidade que possa alcançar dizendo a *pura* verdade; 4) é uma obrigação moral a prática de dizer a verdade, está intimamente ligada à liberdade e obrigação (FOUCAULT, 2001, p. 19).

Como a prática da *pharrhesia*, dizer a verdade nua e crua, fazer um discurso provocativo contra as autoridades, ou contra o soberano, nas palavras de Foucault, envolve o risco da perda da vida e da liberdade, ela pode ser amenizada quando se estabelece um contrato entre o soberano e os súditos para a prática da *pharrhesia*. O soberano autoriza explicitamente que seus súditos digam a verdade a todo custo, mas o discurso feito sobre esse contrato estaria ainda sob a relação de poder, do dominante sobre o dominado.

O que podemos tirar dessa exposição foucaultiana da fala livre e moral da verdade dos súditos contra o soberano, indo além dos contratos formais, para o ciberespaço? A *experiência* liberdade no ciberespaço é real? Ou seria mais uma utopia ou promessa para o aprofundamento da democracia, advindas com as TIC's (LYON, 1998)? As *zonas autônomas* de resistência sistêmica, como propõe Hakim Bey, não estariam aos serviços dos órgãos disciplinadores para os que ainda apresentam corpos indóceis?

Os fatos recortados pela pesquisa com o projeto CMI nos mostram algumas dessas tendências de resistência dos voluntários e ativistas em criar *contra-net's*, ao mesmo tempo em que formas de

ataque por grupos adversários ao projeto tentam criminalizá-lo, e forças policiais intervêm diretamente nos espaços físicos das máquinas.

Um dos primeiros sintomas manifestos de tentativa de vigilância dentro dos *territórios autônomos* do Indymedia aconteceu durante os preparativos para as marchas na reunião do G8 em Genova, no ano de 2001. Um policial italiano acessou o fórum de discussão sobre o encontro do G8 no *Indymedia Chat* com o nome de “crudelia”. No canal o policial foi interrogado sobre a sua verdadeira identidade, e passando a suspeita sobre a sua autenticidade, seu IP foi rastreado e imediatamente *deslogado* do canal. Os ativistas mantiveram atenção máxima na rede contra as tentativas dos *ciberpoliciais* de infiltrarem nos canais de bate-papo durante esse período, através da anotação dos IP’s de pessoas suspeitas que acessavam e saiam das salas quando questionadas sobre suas identidades.

Há outras formas de *ciberguerra* contra o projeto do CMI, especialmente quando a tentativa é de sobrecarregar o seu sistema de gerenciamento de conteúdo, ou publicar, repetida vezes, conteúdos nazistas, homofóbicos ou discriminatórios contra grupos sociais. A tentativa é que essas mensagens passem despercebidas pelos voluntários responsáveis pelo controle dos conteúdos publicados na *coluna da direita*, e assim fiquem publicadas no sítio. Durante um tempo há mensagens que supostamente sejam feitas por pessoas do mesmo grupo para criar um discurso e debate público, chamando a atenção de quem acessa. Algumas vezes, os links de publicações que possam criminalizar o CMI, como por exemplo: “*o laranjão dos racistas. viva o cmi, espaço onde idéias racistas e sites racistas podem ser divulgados numa boa*”¹⁰, são coletados e denunciados para órgãos responsáveis pela segurança e *boas condutas* na Internet, como é a SaferNet Brasil, uma ONG responsável por receber denúncias de crimes na Internet, como pedofilia, racismo e nazismo.

Como o CMI tem a garantia de anonimato dos seus usuários que acessam os conteúdos e publicam no sítio, por considerar que o anonimato é um direito de navegação, o processo judicioso se embaralha quando se é requisitado, como processo de defesa, a entrega dos dados de quem os “ataca”.

¹⁰ Viva o CMI. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/02/412468.shtml>>, 23 fev. 2008. Acesso em 14 fev. 2009.

Mas a requisição dos registros de quem acessa não é apenas um pedido formal para o mero trâmite judicial do direito de defesa do projeto do *Indymedia*. É muito recorrente o caso de apreensão (alguns até envolvendo questões diplomáticas) dos servidores do projeto.

Desde os primeiros tempos de vida do projeto, a rede *Indymedia* já vivia dias de vigilância e controle feroz. Um dos mais famosos desses casos aconteceu no ano de 2001, quando foi publicado no sítio do *Indymedia* Montreal, trechos de um documento sobre o esquema de segurança para a Reunião da Cúpula das Américas, em Quebec. A polícia exigia que os responsáveis pelo CMI entregassem os registros de IP's das pessoas que acessaram o sítio nos dias 20 e 21 de abril para descobrir quem havia postado os documentos de segurança do Estado canadense. Porém, naqueles dias mais de “um milhão e duzentas mil pessoas acessaram o site. Desde o dia 22 de Abril, o Centro de Mídia Independente não registra os endereços IP dos usuários em respeito a sua privacidade e ao direito à livre informação”. A decisão judicial para o caso foi dado em favor do CMI, que não fora obrigado a entregar os seus dados.

Porém outras tentativas de *mordaça* e apreensões de máquinas e servidores da rede foram colocadas em práticas durante todos esses anos: em 2004 a polícia britânica apreendeu um servidor da rede CMI, *derrubando*, consequentemente, mais de vinte sítios do projeto, inclusive o CMI Brasil. Em janeiro de 2009, outro servidor fora apreendido no Reino Unido, para a averiguação e “pesca” dos dados pessoais de quem publicou o endereço de um juiz, que havia criminalizado ativistas de um grupo de direitos dos animais. O CMI Reino Unido se defende das acusações e declara ser ilegal a apreensão do servidor, já que havia sido retirada a mensagem que continha o endereço do juiz, mediante o pedido formal da polícia local.

Ano passado o sítio do CMI Turquia foi retirado do ar por um decreto da Presidência Geral da Corte Militar do Estado turco, junto à empresa de telecomunicações Turkish Telecom. As pessoas que acessavam o sítio do CMI Turquia através do provedor Turkish Telecom eram redirecionadas para uma página com a seguinte mensagem: “O acesso a este site foi bloqueado pela Telecommunication Communication Presidency, devido ao decreto do tribunal da Presidência Geral da Corte Militar, datado de 21/03/2008 de número: 2008/148-171”.

Imediatamente a rede de voluntários do projeto se colocou à disposição para redirecionar o endereço para o sítio do CMI Turquia:

Tem-se tentado silenciar e censurar o *Indymedia*, mas são apenas tentativas. Os procuradores da República Turca ainda não sabem que a censura na internet é

tecnicamente impossível. O Indymedia Istanbul continua online. Na Turquia é possível acessar o sítio de várias formas. Algumas delas:

1. pelo endereço <http://istanbul.bbm.indymedia.org>
2. pela página <http://anonymouse.org/anonwww.html>
3. ou mudando o DNS da sua conexão à internet.

Toda solidariedade aos voluntários e voluntárias do Indymedia Instanbul.

Todas as ações de vigilância, controle e apreensão de máquinas e voluntários da rede CMI são enquadradas pelos ativistas como atos de repreensão à liberdade de expressão e dos direitos civis de privacidade, identificando o Estado e a polícia como os principais agentes responsáveis por tais tentativas de controle, os ativistas da rede apresentam-se conscientes das políticas de legislação e controle da Internet, através dos tratados, convenções e leis internas dos países; propondo a disposição de estudar e conhecer os movimentos dos agentes que propõem a governança da Internet, além de buscar participar dos debates públicos; e motivam campanhas de conscientização e mobilização dos usuários da rede mundial de computadores para o uso mais consciente das ferramentas disponíveis:

No meio de tanta tecnicidade às vezes nos esquecemos que a maior parte das pessoas que usufruem o nosso serviço não estão tão atentas ao hábito da (anti)segurança como nós. Como explicar que a segurança oferecida pelo governo, na verdade representa espionagem, censura e repressão? Além de como criar hábito de utilizar ferramentas livres e ter responsabilidade sobre os nossos próprios dados na internet. A liberdade é importante, seja online ou offline. Mas ela é como a saúde: você nunca pensa nela até perdê-la¹¹.

Destaca-se um *novíssimo* movimento social: com forte identidade em torno das tecnologias de comunicação, enraizada na cultura *hacker* de busca de conhecimento e aprendizado, com tendência à radicalização democrática, através da participação ativa, a busca de soluções e tomadas de decisões coletivas, e a promoção da liberdade e do livre acesso à informação.

REFERÊNCIA

BENFORD, Robert. Frame Alignment Process, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, vol. 51, 1986, p. 464-481.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing Process and Social Movements - An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, vol. 26, 2000, p. 611-639.

¹¹ Transcrição de entrevista realizada em campo.

BEST, Kirsty. The Hacker's Challenge: Active Acess to Information, Visceral Democracy and Discursive Practice. **Social Semiotics**, vol. 13, n. 3, 2003, p. 263-282.

DOIMO, Ana Maria; MAIA, Rousiley;MITRE, Maya. Movimentos Sociais, Internet e Novos Espaços Públicos: O Caso da DH Net. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Orgs). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 107-129.

DUDUS, Gerson. Anunciação: O tempo dos novos anjos. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://bocc.uff.br/_esp/autor.php?codautor=729>. Acesso em: 12 fev. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Fearless Speech**. Los Angeles: Semiotext[e], 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organizational of Experience**. Boston: Northeastern University, 1986.

KLANDERMANS, Bert. The Social Construction of Protest and Multiorganizational Fields. In: MORRIS, A; MUELLER, Carol M. **Frontiers in Social Movements Theory**. New Haven & London: Yale University Press, 1992, p. 77-103.

LYON, David. **The Information Society: Issues and Illusions**. Cambridge: Polity Press, 1998.

McCARTHY, J. D., ZALD, M. Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, vol. 82, n. 6, 1977, p. 1212-1241.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (org.). **Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 465-502.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics**. New York: Cambridge University Press, 1998.

TOURAINE, Alain. **O Retorno do Actor: ensaios sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VAN AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. New Media, new movements? The role of the internet in shaping the 'anti-globalisation' movement. In: RUCHT, Dieter et al. **Cyberprotest. New media, citizens and social movements**. London: Routledge, 2004, p. 97-122.